



NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 14 de Dezembro de 2025

Secretaria de Saúde garante solução para pagamento da insalubridade até dezembro em Cuiabá

Cumprimento do TAC na saúde

Danilo Figueiredo do local e Márcio Eça da redação

A secretaria municipal de Saúde de Cuiabá, Danielle Carmona, afirmou durante reunião realizada nesta sexta-feira (11) na Câmara Municipal que o impasse sobre o pagamento do adicional de insalubridade aos servidores da rede pública será resolvido até dezembro deste ano.

Segundo Carmona, ficou acordado que os sindicatos irão elaborar um documento solicitando a prorrogação do prazo ao Ministério Público Estadual (MPPE-MT), permitindo que a Prefeitura realize um estudo técnico e apresente uma proposta definitiva sobre o tema.

> “Ficou acordado que os representantes dos sindicatos farão um documento solicitando essa dilação de prazo ao Ministério Público, para que possamos fazer o estudo e apresentar as soluções, inclusive aqui na Câmara, e chegarmos a um acordo”, explicou a secretária.

Com o novo prazo, a redução do adicional não deve ocorrer em outubro, mas poderá ser revista em novembro, caso não haja novo entendimento jurídico. De acordo com Carmona, o MPE se mostrou favorável a conceder prazo até o final do ano para que o município regularize 100% dos pagamentos de insalubridade.

> “O Ministério Público nos concedeu prazo até o final do ano para regularização total da insalubridade. Caso não ocorra, o TAC será executado e poderemos responder por improbidade administrativa”, alertou.

A secretaria destacou ainda que o estudo em andamento vai definir a base de cálculo — se será feita sobre o salário base da carreira ou por outro critério compensatório — e também a setorização dos percentuais, garantindo mais equidade entre as categorias.

> “Quem trabalha dentro de uma UPA na sala de observação, seja médico, enfermeiro ou técnico, está exposto ao mesmo risco. Então, nada mais justo que todos recebam o mesmo valor. Hoje isso ainda não acontece”, ressaltou Carmona.

A expectativa é que até dezembro a Prefeitura de Cuiabá tenha concluído o estudo e definido a nova forma de pagamento, assegurando transparência e isonomia no reconhecimento da insalubridade dos profissionais da saúde.